

CERTEZA SENSÍVEL E PERCEÇÃO COMO MOMENTOS DA CONSCIÊNCIA FILOSÓFICA

Mailson Bruno de Queiroz Carneiro Gonçalves¹
Eduardo Ferreira Chagas²

Resumo:

Trata-se aqui de expor as primeiras figuras da consciência filosófica – certeza sensível e percepção – conforme foram desenvolvidas por Hegel na obra *Fenomenologia do Espírito* – 1807. Saber aparente e percepção representam dois momentos da relação entre sujeito e objeto que, muito embora não tenham o ser em geral, isto é, a coisa como unidade da diversidade, jogo de força ou síntese de múltiplas determinações, cumprem um lugar na progressão do espírito subjetivo. Tanto a consciência passiva, indiferente à pluralidade que subjaz o objeto, como as partes sem mediação ou negatividade no interior do universal são limitadas, porém necessárias ao desenvolvimento do pensar.

Palavras-chave: Consciência. Objeto. Certeza sensível. Percepção.

SENSITIVE CERTAINTY AND PERCEPTION AS MOMENTS OF PHILOSOPHICAL CONSCIOUSNESS

285

Abstract:

This is about exposing the first figures of philosophical consciousness – sensitive certainty and perception – as they were developed by Hegel in the work *Phenomenology of the Spirit* – 1807. Apparent knowledge and perception represent two moments of the relationship between subject and object that, although they do not have being in general, that is, the thing as a unity of diversity, a play of force or a synthesis of multiple determinations, fulfills a place in the progression of the subjective spirit. Both the passive consciousness, indifferent to the plurality that underlies the object, and the parts without mediation or negativity within the universal are limited, but necessary for the development of thinking.

Keywords: Consciousness. Object. Sensitive certainty. Perception.

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará/UFC (2020-2023) com período sanduíche na Université Paris-Ouest Nanterre la Défense. E-mail: bruno.qcg@outlook.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6758-0597>.

² Doutor em Filosofia pela Universität Kassel (Alemanha); pós-doutor em Filosofia pela Universität Münster (Alemanha); professor Efetivo (Associado 4) do curso de Filosofia do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC); E-mail: ef.chagas@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1957-6117>.

1. A CERTEZA SENSÍVEL

O saber aparente, cuja relação com o objeto é estritamente imediata, reside na verdade da certeza sensível, que, muito embora surja como um conhecimento seguro e pleno de determinações, é mera concretude e puro intuir, exprimindo somente um isto. Trata-se da experiência germinal do saber, esvaziada do diverso ou da pluralidade imanente ao objeto, ou seja, dos predicados justapostos, portanto um algo simples e nada mais. O conteúdo da coisa ainda se apresenta à consciência pela sensibilidade, portanto de forma abstrata e sem movimento interno. “O Eu não tem a significação de um multiforme representar ou pensar, nem a Coisa uma significação de uma multidão de diversas propriedades” (HEGEL, 2013, p. 84). Muito embora limitada pelos sentidos – visão, audição, paladar, olfato e tato –, a primeira figura da consciência filosófica, absolutamente passiva diante do objeto ou inerte, joga ter concebido o universal.

Como as determinações da coisa não se manifestam num jogo de força, a consciência reflete apenas o isto, de modo que entre o pensamento e a matéria existe somente a mediação de um em relação ao outro. Da verdade presente na certeza sensível, chega-se à conclusão que “Eu tenho a certeza por *meio* de um outro, a saber: da Coisa; e essa está igualmente na certeza *mediante* um outro, a saber, mediante o Eu” (HEGEL, 2013, p. 84). De um lado, o saber aparente, que concebe o objeto de modo unilateral, sem considerá-lo como uno do múltiplo ou múltiplo do uno; do outro, o isto, estático, singular e imediato. Aqui não há uma unidade da diversidade, em que o todo é pelas partes, e as partes são pelo todo, mas apenas uma coisa imóvel, oca e instantânea.

Segura da universalidade do objeto pela mediação dos sentidos, o estado mais primário da consciência filosófica não reconhece suas limitações. Muito embora a certeza sensível presuma que tem a essência, cabe averiguar se de fato sua representação corresponde à verdade partindo exatamente do que ela afirma. “O objeto portanto deve ser examinado, a ver se é de fato, na certeza sensível mesma, aquela essência que ela lhe atribui; e se esse seu conceito - de ser uma essência - corresponde ao modo como se encontra na certeza sensível” (HEGEL, 2013, p. 84-85). O exame incide justamente no escopo do saber aparente, ou seja, na validade do conhecimento imediato. Não se trata aqui de suspender a afirmação, como propunha a dúvida hiperbólica cartesiana³, sistemática e generalizada, ou de investigar as

³ Sob a força da dúvida hiperbólica, isto é, sistemática e generalizada, o racionalismo cartesiano rejeita qualquer afirmação, exceto a existência da própria dúvida, cujo pressuposto é o pensamento, que, por sua

condições de possibilidade do conhecimento, como argumentava a filosofia transcendental kantiana⁴, mas de submeter o isto a um escrutínio, de modo que o sujeito possa assumir somente o puro intuir e identificar seus próprios limites. Segundo Hegel (2013, p. 85), “nós não temos, para esse fim, de refletir sobre o objeto, nem indagar o que possa ser em verdade; mas apenas de considerá-lo como a certeza sensível o tem nela”.

Refletindo melhor sobre a primeira figura da consciência filosófica - natural, aparente ou ingênua -, verifica-se no imediato a mediação entre sujeito e objeto, em que um é para o outro. Da relação entre ambos, depreende-se um conhecimento inteiramente determinado por mim e pela coisa. A certeza sensível, muito embora declare o universal, é pura vacuidade, inércia absoluta, identidade sem diferença ou mero algo, o que fica demonstrado com o emprego da linguagem, tendo em vista que a palavra é incapaz de abarcar o ser em geral, rico, dinâmico e múltiplo. Segundo Hegel (2013, p. 86), “o universal é o verdadeiro da certeza sensível, e a linguagem só exprime esse verdadeiro, está pois totalmente excluído que possamos dizer o ser sensível que '*visamos*'”. A contradição entre o que foi enunciado por mim e a própria totalidade do objeto perturba a manifestação mais natural da consciência filosófica e expõe necessariamente suas limitações. Se interrogarmos o saber aparente ou fizermos uma apreciação mais rigorosa do seu enunciado, comprovar-se-á um puro isto, cujo conteúdo é finito, provisório e circunstancial.

vez, só é mediante o existente. Diante da especulação a respeito da verdade indubitável, destituída de dogmatismo e arbitrariedade, Descartes conclui que pensa, é sujeito pensante, cognoscente, portanto existe. Como cerne de todo o pensamento cartesiano está o axioma “penso, logo existo”. Convencido da certeza proveniente da dúvida hiperbólica, o autor elabora uma dedução intuitiva que lhe permitirá desenvolver o conjunto das categorias de seu sistema. Segundo Descartes, toda certeza deve ser clara e distinta, pois, caso haja dúvidas a respeito do próprio caráter indubitável da coisa, já não há mais certeza, e sim confusão. Para o autor, é mister que o sujeito cognoscente proceda conforme as quatro regras apresentadas em *Discurso do Método*: 1) clareza e distinção – é necessário que não haja dúvidas a respeito do objeto, mas, como veremos adiante, essa certeza só poderá ser obtida após a análise; 2) decomposição – as partes que constituem o objeto devem ser separadas, de modo que o sujeito possa identificá-las devidamente; 3) síntese – após decompor a unidade e reconhecer suas mediações, a coisa é concebida de forma universal, plena de conteúdo e articulações; 4) revisão ou enumeração completa – por último, e conforme foi antecipado, a certeza do sujeito em relação ao objeto virá da revisão, isto é, da análise dos procedimentos anteriores. Para mais detalhe sobre as quatro regras do racionalismo cartesiano, ver: DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 23.

⁴ Embora Kant reconheça no homem o desejo pela descoberta de princípios gerais, proveniente do interrogatório que lhe é inevitável, essa busca é irrealizável ou está condenada ao fracasso absoluto quando ultrapassa as condições de possibilidade do conhecimento. O grande propósito da inversão entre sujeito e objeto sistematizada pelo filósofo alemão é demonstrar os limites insuperáveis da metafísica tradicional. Para mais detalhes sobre o assunto, ver: KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012. p. 17-44.

O aqui, por exemplo, é a *árvore*. Quando me viro, essa verdade desvaneceu, e mudou na oposta: *o aqui não é uma árvore*, mas antes uma *casa*. O próprio *aqui* não desvanece, mas é algo que fica, no desvanecer da casa, da árvore etc; e indiferente quanto a ser casa ou árvore. Assim o *isto* se mostra de novo como *simplicidade mediatizada*, ou como *universalidade* (HEGEL, 2013, p. 86).

A representação segura, concreta e universal consiste exatamente no seu oposto: dubiedade, abstração e contingência. O desvanecer do aqui demonstra que eu sou indiferente à pluralidade e às determinações da coisa declarada por mim. Como se trata de um conhecimento estritamente mediato, o algo é uno, fixo e superficial. No saber aparente, o afirmativo-negativo, o idêntico-diferente ou a singularidade da diversidade não se manifesta porque sou mediado por algo que é mera concretude. A certeza sensível, sacudida pela desconfiança do engano, busca um novo fundamento para o seu conteúdo e transfere para o sujeito a essência do objeto. No mesmo sentido, diz Hegel (2013, p. 86): “Sua verdade está no objeto como meu objeto, ou seja, no '*visar*' [*meinem/Meinen*]: o objeto é porque Eu sei dele”.

Abalada e inquieta, a primeira figura da consciência filosófica nega a ilusão que subjaz o puro isto. Como o espírito abandona a coisa como critério da verdade e declara por si mesmo o que ela é, torna-se a medida dos enunciados. O que constatamos com o visar, que se apresenta agora como necessário ao conhecimento, é uma inversão do ponto de partida do saber aparente. A passagem da concretude fortuita, evanescente e oca para a força inteligível representa a primeira negação da consciência perturbada pela quimera do puro isto. “Assim, a certeza sensível foi desalojada do objeto, sem dúvida, mas nem por isso foi ainda supressumida, se não apenas recambiada ao Eu” (HEGEL, 2013, p. 86). Se vejo, ouço e sinto, se declaro o que é o objeto pelas minhas capacidades, sou essencial; por outro lado, a coisa, acidental, provisória e vazia, é insuficiente, imprópria ou dispensável como verdade da certeza sensível.

Muito embora o sujeito tenha negado a mediação do objeto e encontrado nele mesmo o substrato do real, há muitos particulares no visar, de modo que cada um tem a coisa na sua imediatez. Assim como no puro isto, o conhecimento dado estritamente por mim é incerto, pobre e singular, chegando ao resultado de “pôr como *essência* da própria certeza sensível o seu *todo*, e não mais apenas um momento seu - como ocorria nos dois casos em que sua realidade tinha de ser primeiro o objeto oposto ao Eu, e depois o Eu” (HEGEL, 2013, p. 87).

Provocada pela estreiteza do visar, que reduz o objeto às faculdades do sujeito, a consciência permanece incomodada e nega o eu como medida de todas as coisas, pois nele só

há a experiência individual. Na unilateralidade subjetiva, “sou um puro intuir; eu, quanto a mim, fico nisto: o agora é dia; ou então neste outro: o aqui é árvore. Também não comparo o aqui e o agora um com o outro, mas me atenho firme a *uma* relação imediata: o agora é dia” (HEGEL, 2013, p. 88).

O saber aparente, na busca pela verdade, negou tanto o puro isto - a coisa fixa, vazia e indeterminada - como o visar, o puro eu ou a singularidade absoluta. Para ele, as representações que emanam do imediato são insuficientes, sejam elas dadas pelo objeto ou pela consciência. Em todo caso, na relação posta no interior da certeza sensível, permanece o conhecimento mediato.

A certeza sensível vislumbra o universal, a representação mais adequada da coisa, na qual ser e pensar fossem o mesmo, no entanto a essencialidade dos momentos já enumerados ou a relação mediata entre sujeito e objeto só lhe assegurava o puro isto. Como o conteúdo do saber natural não lhe dá as partes do todo ou todo das partes, a identidade na diferença ou diferença na identidade, ou seja, o jogo de força que subjaz o que era algo simples e nada mais, é necessário o surgimento de outra figura da consciência filosófica: a percepção. Trata-se aqui de uma negação da aparência, do fenômeno superficial, absolutamente impraticável dentro dos limites nos quais se move a certeza sensível.

2. A PERCEPÇÃO

Desde já, é necessário revelar o que é o objeto percebido para avançarmos na exposição. “A esta altura, é mister determinar mais de perto esse objeto; determinação que se deve brevemente desenvolver a partir do resultado conseguido, pois aqui não seria pertinente um desenvolvimento mais completo” (HEGEL, 2013, p. 93-94). A coisa, anteriormente inerte, oca e abstrata, apresenta-se a uma consciência mais ativa, perturbada pela ilusão natural, como uno do múltiplo ou múltiplo do uno. De fato, a percepção supera o imediato, pois nela existe o verdadeiro universal, que, no movimento de atração e repulsão, é síntese de múltiplas determinações. As qualidades do objeto se manifestam para a consciência que abandonou a inércia da certeza sensível e apreendeu a diversidade.

O princípio do objeto - o universal - é em sua simplicidade um *mediatizado*; assim tem de exprimir isto nele, como sua natureza: por conseguinte se mostra como a *coisa de muitas propriedades*. Pertence à percepção a riqueza do saber sensível, e não à certeza imediata, na qual só estava presente como algo em-jogo-ao-lado

[exemplo]. Com efeito, só a percepção tem a *negação*, a diferença, ou a múltipla variedade em sua essência (HEGEL, 2013, p. 94).

O pôr da consciência ou o caráter ativo do sujeito que percebe a legalidade da coisa representa a negação do saber natural, isto é, do conhecimento mediado pela experiência, sem articulação interna e conceitualmente limitado. O objeto é uma unidade em que as partes pressupõem o todo, e o todo pressupõe as partes. A verdade está justamente na relação idêntico-diferente imanente ao ser ou no jogo de força necessário à totalidade. Não se trata aqui de um universal aleatório, algo que encerra fortuitamente as propriedades aglutinadas em torno dele, mas de um meio coeso e necessário aos predicados.

A percepção, ao superar o conhecimento mediato da certeza sensível, visualiza no algo movimento de afirmação e negação, qualidades reciprocamente dependentes, pluralidade interna ou determinações aglutinadas no universal. Simultaneamente, cada fração do uno é um para si e para outro; sem a diferença, só lhe restaria a pura indeterminação. “O ser é um universal, por ter nele a mediação ou o negativo. À medida que *exprime* isso em sua imediatez, é uma propriedade *distinta determinada*. Dessa sorte estão postas ao mesmo tempo *muitas* propriedades desse tipo, sendo uma o negativo da outra” (HEGEL, 2013, p. 94).

290

O objeto é o substrato pelo qual as partes se manifestam num movimento de afirmação e negação, portanto sem o universal - o escopo orgânico da coisa - todas as propriedades seriam sumariamente esvaziadas e reduzidas a nada. Os múltiplos reunidos no ser em geral só apresentam qualidade em virtude do conjunto de mediações do uno. Caso fossem unilaterais, haveria súbita dispersão e perda da singularidade. Os elementos da unidade têm conteúdo porque pertencem a uma legalidade determinada, em que ambos são mutuamente diferentes e excludentes. “É o seguinte: se as muitas propriedades determinadas fossem simplesmente indiferentes, e se relacionassem exclusivamente consigo mesmas, nesse caso não seriam *determinadas*” (HEGEL, 2013, p. 95).

O objeto nega e conserva simultaneamente as propriedades que lhe são constitutivas, uma vez que sua identidade pressupõe as diferenças aglutinadas internamente. Como a consciência superou a natureza passiva da certeza sensível, a coisa é percebida como unidade da diversidade, em que os predicados estão justapostos pelo meio. O universal, como síntese de múltiplas determinações, é um para si e para outros, um afirmativo-negativo, uma singularidade da pluralidade. Em outras palavras: o uno vai além da positividade pura porque nele está a negação. O jogo de força é o pôr de algo em sua totalidade, a verdade do ser que, pelo movimento de atração e repulsão, é ativo e irradiante.

A universalidade sensível ou a unidade *imediate* do ser e do negativo só é *propriedade* enquanto o Uno e a universalidade pura se desenvolvem nela, e se diferenciam entre si, e ela os engloba juntamente, um com o outro. Somente essa sua relação com seus momentos essenciais puros constitui plenamente a coisa (HEGEL, 2013, p. 96).

A percepção apreende a universalidade ou a negação das partes pelo todo, mas o objeto, caso fosse absolutamente unilateral, excluiria as determinações que lhe dão forma e conteúdo. Se o uno fosse indiferente à diversidade, a coisa seria necessariamente reduzida a nada, portanto “devo tomar a essência objetiva antes como uma *comunidade* em geral” (HEGEL, 2013, p. 97). Se o universal estiver fora da mediação com as partes, isto é, do jogo de força com a pluralidade, ele perde sua identidade e deixa de ser algo. O uno que nega os múltiplos e faz somente referência a si opera sua própria negação, pois seu conteúdo foi posto na relação com os outros.

A negação, que exclui de si tudo e se refere a si, termina, entretanto, excluindo de si mesma e, conseqüentemente, tendo sua essência não mais em si, e sim em um outro (na relação). De fato, a coisa se desmorona precisamente em virtude de sua propriedade essencial, que é sua unidade, e com esse desmoronamento, com essa oposição de si a coisa se liga às propriedades diversas, múltiplas, tendo agora sua essência em um outro (CHAGAS, 2014, p. 83).

291

A dificuldade do sujeito que percebe o objeto como um universal reside justamente no movimento que subjaz a coisa como síntese de múltiplas determinações, pois quando tenho o ser geral, perco seu jogo de força. Sem as propriedades que se correspondem pelo meio comunitário, existiria somente o indeterminado. O uno excludente, ao repelir as diferenças postas por ele mesmo, como um todo que aglutina a pluralidade, é igual a nada ou, na melhor das hipóteses, algo fixo, indiferente e vazio, tal como estava presente no conhecimento imediato. O objeto que se relaciona apenas consigo mesmo, privado da negatividade interna que lhe dá conteúdo, é o próprio regresso à primeira figura da consciência filosófica. “O ser sensível e o ‘visar’ passam, eles mesmos, para o perceber: sou relançado ao ponto inicial, e de novo arrastado no mesmo circuito” (HEGEL, 2013, p. 97).

Ainda que haja em princípio um retorno à certeza sensível, a consciência superou os limites do saber natural, assumiu uma postura mais ativa diante do objeto e percebeu algo além do imediato. Sob esse ponto de vista, evita-se a repetição ou a declaração meramente tautológica. “A consciência, portanto, percorre necessariamente esse círculo, mas ao mesmo tempo não é do mesmo modo que na primeira vez” (HEGEL, 2013, p. 98). Ela sabe

perfeitamente que a coisa tem propriedades em seu interior, contudo o movimento de atração e repulsão que subjaz o universal permanece confuso. A negação dos diferentes é um pressuposto à identidade da coisa, mas a fronteira posta pelo outro é igualmente necessária à essência do uno, à positividade do meio que condiciona e é condicionado pelas suas determinações internas.

A consciência, quando apreende a coisa e visualiza as partes que lhe são constitutivas, abandona a inércia da certeza sensível e, ao se pôr no objeto, percebe que está em movimento. Se ela é capaz de negar o puro isto, decompor o uno e identificar propriedades agrupadas pelo meio comunitário, reflete sobre algo e “é cônica de sua reflexão-sobre-si” (HEGEL, 2013, p. 98). Eu tenho o universal e devo assumi-lo como verdade ou conhecimento seguro. Caso haja nele uma pluralidade, as diferenças mutuamente excludentes no interior do próprio objeto são destacadas por mim, que percebo algo além do uno.

Assim primeiro me dou conta da coisa como Uno e tenho de mantê-la nessa determinação verdadeira; se algo lhe ocorrer de contraditório no movimento do perceber, isso deve ser reconhecido como reflexão minha. Agora surgem na percepção também diversas propriedades – propriedades essas que parecem ser da coisa. Só que a coisa é Uno, e estamos conscientes de que recai em nós essa diversidade pela qual a coisa deixa de ser Uno (HEGEL, 2013, p. 98).

292

A consciência recua e percebe que, se as propriedades do uno fossem determinadas somente pelos sentidos, o objeto seria esvaziado do jogo de força que lhe dá conteúdo. As qualidades do ser existem através do movimento de atração e repulsão que subjaz o universal ou da recíproca dependência entre o singular e os seus atributos. A legalidade da coisa é restabelecida pela percepção, que nega a essência das diferenças no sujeito e reconhece o todo como meio das partes. Sem a mediação do uno, haveria necessariamente uma dispersão dos predicados. A consciência supera tanto o conceito mais do estreito do universal, algo simples e sem negatividade, como o fundamento subjetivo das propriedades aglutinadas internamente. Em suma: o objeto é síntese de múltiplas determinações.

Com efeito: 1º – A coisa é o verdadeiro – *é em si mesma*. O que nela está, está nela como sua essência, e não por causa de outros. 2º – Portanto, são propriedades determinadas – não só por causa de outras coisas e para outras coisas –, mas são na própria coisa. Porém só são *nela* propriedades determinadas, enquanto são numerosas e diferentes entre si. 3º – Enquanto estão na coisidade, as propriedades são em si para si, e indiferentes umas às outras. Portanto, na verdade, é a própria

coisa que é branca, e *também* cúbica, e *também* ter sabor de sal etc. (HEGEL, 2013, p. 99).

A percepção admitiu a necessidade das partes no todo e abandonou a essência subjetiva dos predicados reunidos em algo. A multiplicidade só existe por meio do universal que lhe dá conteúdo. “É essa unidade que a consciência deve assumir: pois a própria coisa é o *subsistir de muitas propriedades diversas e independentes* (HEGEL, 2013, p. 99). O sujeito nega tanto o caráter pessoal dos componentes agrupados na coisa como a autossuficiência da diversidade. Cada elemento é igualmente para si e para outro, pois a identidade das determinações aglutinadas no uno pressupõe a diferença. O salto da percepção reside justamente no movimento de atração e repulsão presente no objeto, de modo que o positivo é imediatamente um negativo.

A contradição, que está na essência objetiva em geral, divide-se em dois objetos. Assim a coisa é mesmo – em si e para si – igual a si mesma; mas essa unidade consigo mesma é estorvada por outras coisas. A unidade da coisa desse modo é preservada; mas o é igualmente o ser-Outro, tanto fora dela como fora da consciência (HEGEL, 2013, p. 101).

3. CONCLUSÃO

293

No início da exposição do saber fenomênico, isto é, no primeiro momento (fase ou experiência) da consciência no exame de si mesma, em busca de sua autoconsciência, tem-se a consciência natural, imediata. Esta tem a si, inicialmente, como uma consciência real e verdadeira, mas, no decorrer de sua exposição, ela perde a sua verdade e toma a consciência de um saber abstrato ou carente de determinações. Sua realização significa para ela um processo negativo, que leva à superação de si mesma.

Esse movimento, esse percurso da consciência natural, é o caminho que leva ao questionamento sobre a certeza de si mesma, ou seja, é o caminho da dúvida ou mesmo do desespero, da agonia. Vimos que a coisa sensível foi superada para dar lugar ao objeto da percepção: algo que já não é um imediato, condicionado pelos sentidos e sem diversidade. Trata-se agora de uma consciência ativa, que percebe a diferença no universal. As qualidades que subjazem o todo se manifestam para o sujeito que, muito embora não conceba o objeto como jogo de força ou relação entre solicitante e solicitado, tem as partes do uno.

Referências

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2013.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.

VIEIRA, Leonardo Alves; SILVA, Manuel Moreira da. (Org.). **Interpretações da Fenomenologia do Espírito de Hegel**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.